

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUCAS GABRIEL GOMES DA SILVA

UMA CAPITANIA MAL-SUCEDIDA: POLÍTICA E ECONOMIA EM ITAMARACÁ  
ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII

RECIFE  
2023

LUCAS GABRIEL GOMES DA SILVA

UMA CAPITANIA MAL-SUCEDIDA: POLÍTICA E ECONOMIA EM ITAMARACÁ  
ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado como  
requisito parcial para conclusão  
do curso  
de Graduação em Licenciatura  
Plena em História da  
Universidade Federal Rural de  
Pernambuco  
Orientador(a) Prof. Gustavo  
Acioli Lopes

RECIFE  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- G633c Da Silva , Lucas Gabriel Gomes  
Uma capitania mal-sucedida: política e economia em Itamaracá entre os séculos XVII e XVIII / Lucas Gabriel Gomes Da Silva . - 2024.  
45 f. : il.
- Orientador: Gustavo.  
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Licenciatura em História, Recife, 2024.  
1. Capitania de Itamaracá. 2. Donatários . 3. Capitania de Pernambuco . 4. Poderes Locais. 5. Coroa. I. , Gustavo, orient. II. Título

LUCAS GABRIEL GOMES DA SILVA

UMA CAPITANIA MAL-SUCEDIDA: POLÍTICA E ECONOMIA EM  
ITAMARACÁ ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
conclusão do curso  
de Graduação em Licenciatura Plena em  
História da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Gustavo Acioli Lopes

---

Prof. Kleber Clementino

---

Prof. Wildson Félix Roque

## AGRADECIMENTOS

A caminhada até a tão sonhada conclusão do curso não foi fácil. O que começou como um sonho e uma aventura lá em 2016, aos poucos foi ganhando facetas da realidade da vida adulta que se iniciava e, com ela, seus percalços. Desde então, muitas coisas mudaram: vencemos uma pandemia, eu me casei, mudei de cidade, me tornei pai, etc. No entanto, em meio a todas essas mudanças, algo permaneceu inalterável: a fidelidade de Deus.

E é a Ele que gostaria de destinar meu primeiro agradecimento. Utilizando as palavras do apóstolo Paulo, “pois ele mesmo é quem dá a todos a vida, e a respiração, e todas as coisas... Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos...”. Logo, longe de mim achar que a minha chegada até aqui se deve aos meus méritos e qualidades. Por mais que tenha batalhado, reconheço que foi a graça de Deus que tornou tudo possível. A Ele, portanto, rendo glórias.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais e minha irmã, cujo apoio, incentivo e alegria sempre estiveram ao meu lado em todas as minhas conquistas. Lembro-me com carinho do dia em que minha aprovação na Universidade foi publicada no jornal, minha mãe quase fez um quadro para comemorar e mostrar a todos que o filho dela tinha sido aprovado, tamanha a felicidade dela. Meu pai, com seu empenho, esforço e dedicação ao longo dos anos difíceis do colégio, viu os frutos desse investimento. Minha irmã, que comigo naquela época, mal imaginava que hoje, ao concluir seu ensino médio, “superaria” seu irmão e traria novamente alegria e orgulho à nossa casa ao alcançar sua própria aprovação. Aos meus sogros, que, desde que eu conheci e me apaixonei pela filha deles, me adotaram como filho. Agradeço pelo cuidado, amor, carinho e zelo que sempre demonstraram..

Aos meus professores do ensino fundamental e médio, por me inspirarem a seguir esta profissão. A cada funcionário das duas instituições em que estudei, carrego seus conselhos comigo e sou grato pelos momentos e conversas compartilhados. Aos docentes da graduação, pelos ensinamentos e experiências passadas ao longo desses anos e à toda coordenação do curso. Quero fazer uma menção especial ao meu orientador, professor Dr. Gustavo Acioli, que demonstrou paciência e esteve à disposição durante todo o processo. Agradeço sua compreensão quanto às dificuldades que enfrentei, pois, apesar da distância e do tempo curto, o

trabalho foi concluído. Espero que algum dia voltemos a trabalhar juntos e a continuar escrevendo a história.

Aos meus colegas de curso com quem tive o prazer de caminhar nessa aventura que é o cursar História. Aos meus amigos pessoais, que estiveram sempre me incentivando e torcendo pelo meu sucesso. Obrigado por me ajudarem nas minhas dúvidas acadêmicas. Aos meus líderes na igreja, que com zelo e amor, estiveram sempre disponíveis a me aconselhar e instruir. Lembro-me que ao iniciar o curso, sentei-me com um deles, que já possuía experiência nos assuntos que eu iria aprender e pedi que me auxiliasse a entendê-los. Guardo com carinho suas palavras e agradeço por todo conhecimento transmitido.

Deixando para o fim de forma proposital, gostaria de falar sobre Débora e Luísa. A primeira dispensa comentários: é o amor da minha vida; sem ela, eu seria uma pessoa muito pior. Qualquer conquista, seja grande ou pequena, está ligada a ela. Costumo dizer que Débora é uma das provas mais evidentes do amor de Deus por mim; ela me inspira a cada dia, instiga-me a ser melhor e viver ao seu lado. Compartilhar os planos que Deus tem traçado ao lado de Débora é uma bênção que transcende o que eu poderia merecer.

Nos momentos em que o desânimo batia e eu pensava em desistir devido à falta de tempo para me dedicar às disciplinas e à escrita do TCC, Débora sempre me trazia palavras de ânimo e incentivo. Nos momentos de dúvidas, ela vinha com sua fé inabalável. Lembro-me de um trecho de um dos meus autores preferidos que ilustra essa fé: “Não veja as adversidades como uma interrupção da vida, mas como uma preparação para viver. Ninguém disse que o caminho seria fácil ou sem dificuldades. Mas Deus usará cada tribulação para uma coisa boa.”. Obrigado, meu amor. Esta vitória também é sua.

Como se a presença de Débora não fosse suficiente, Deus ainda me concedeu o privilégio de ser pai da Luísa, e que menina! Esperta, risonha, expressiva, linda, perfeita. Sua existência exige de mim que eu seja uma pessoa melhor; não há espaços para erros, eu preciso me tornar alguém melhor, tenho que ser o herói dela. É maravilhoso ser seu pai, e espero que um dia você leia isso e perceba o quanto você sempre foi amada. A vocês, Débora e Luísa, meus tesouros, meu sincero agradecimento..

Encerro minhas palavras com gratidão e alegria por ter chegado até aqui, sabendo que sem Deus e as pessoas mencionadas, o sucesso não seria possível.

*“Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor.” (Romanos 8:37-39).*

## RESUMO

Este trabalho possui por objetivo analisar os conflitos em torno da situação política e econômica da capitania de Itamaracá no século XVII, a perda de sua autonomia e, conseqüentemente, sua anexação à capitania de Pernambuco. Retrataremos o modelo de administração a distância promovida pelos donatários, além de analisar as estruturas das relações sociais e de poder dentro da capitania. Para isso, discutiremos acerca dos poderes locais e como os cargos administrativos estavam distribuídos dentro da donatária, abordando suas funções e obrigações dentro da capitania e deveres para com a Coroa. Também vamos expor os rendimentos da capitania de Itamaracá e o interesse que à capitania de Pernambuco tinha sobre eles. Faremos menção ao levante de Goiana, como um dos conflitos mais exemplificativos sobre os grupos políticos e suas disputas de interesses, principalmente após a invasão holandesa na região que provocou a incorporação por parte da Coroa da capitania de Itamaracá. Por fim, tentaremos explicar como Itamaracá perdurou por tanto tempo sob a posse dos donatários, mesmo em meio a uma época de sucessivas incorporações à Coroa, além de expor os motivos estabelecidos pelos historiadores que visam explicar o fracasso desta capitania.

Palavras-Chave: Capitania de Itamaracá, Capitania de Pernambuco, Poderes Locais, Levante de Goiana, Invasão Holandesa, Donatários, Coroa.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the conflicts surrounding the political and economic situation of the captaincy of Itamaracá in the 17th century, the loss of its autonomy, and consequently, its annexation to the captaincy of Pernambuco. We will depict the model of remote administration promoted by the grantees, in addition to analyzing the structures of social and power relations within the captaincy. To do so, we will discuss local powers and how administrative positions within the grant were distributed, addressing their functions and obligations within the captaincy and duties towards the Crown. In addition, we will expose the revenues of the captaincy of Itamaracá and the interest that the captaincy of Pernambuco had in them. We will make reference to the uprising of Goiana as one of the most illustrative conflicts regarding political groups and their disputes of interests, especially after the Dutch invasion in the region, which led to the incorporation of the captaincy of Itamaracá by the Crown. Finally, we will attempt to explain how Itamaracá endured in the possession of the grantees for so long, even amid a period of successive incorporations into the Crown, while also presenting the reasons established by historians that seek to explain the failure of this captaincy.

Key words: Captaincy of Itamaracá, Captaincy of Pernambuco, local powers, Goiana uprising, Dutch Invasion, Donees, Crown.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Mapa da província brasileira de Itamaracá .....	12
<b>Figura 2</b> – Carta com a determinação Régia que estabelecia a administração pela Provedoria da Fazenda de Itamaracá de todos os contratos que antes eram administrados pela Câmara de Goiana.....	29
<b>Figura 3</b> - Fragmento da carta dos Oficiais da Câmara de Goiana .....	30
<b>Figura 4</b> - Fragmento da carta contendo a determinação Régia devolvendo a administração do subsídio da carne para a Câmara de Goiana .....	31
<b>Figura 5</b> - Desenho das capitâncias hereditárias .....	33
<b>Figura 6</b> - A Ilha de Itamaracá na época em que a região estava ocupada pelos holandeses (Mapa de 1640) .....	35
<b>Figura 7</b> - Fragmento do Território de Itamaracá e da Paraíba no período das Capitâncias .....	36

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DEBATE HISTORIOGRÁFICO ACERCA DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ.....	14
3. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS LOCAIS .....	17
4. O LEVANTE DE GOIANA .....	21
5. PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ...	25
6. RENDIMENTOS NA CAPITANIA DE ITAMARACÁ .....	27
7. O FRACASSO DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ E SUA ANEXAÇÃO À CAPITANIA DE PERNAMBUCO.....	32
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
9. REFERÊNCIAS .....	41
10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	43

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, serão analisados os conflitos em torno da situação política e econômica da capitania de Itamaracá entre os séculos XVII e XVIII, assim como a perda de sua autonomia e, conseqüentemente, sua anexação à capitania de Pernambuco. Discutiremos acerca da administração a distância promovida pelos donatários e como foram estruturadas as relações sociais e de poder dentro da capitania, além de expormos a fiscalização constante da Coroa sobre esta, mesmo permitindo a posse da mesma à família donatarial. Além disso, abordaremos questões como a organização de comércio, produção rural e suas reverberações dentro desta capitania.

Entende-se que a função fundamental do espaço rural era a produção da cana de açúcar para envio ao mercado europeu, que tinha como característica a concentração do poder local nas mãos dos senhores de engenho, que, por sua vez, eram considerados homens bons e responsáveis pelas eleições dos vereadores que atuavam de forma administrativa nas vilas urbanas. Vilas estas construídas por ordens reais, que eram executadas por representantes régios.

Sabe-se que, primeiramente, Itamaracá era uma capitania de donatário ausente e tendo os poderes divididos entre as capitanias do norte. A própria área de Goiana era administrativa, produtora e comercial, provocando, então, a criação de uma elite de várias vertentes, cada uma buscando seus direitos e reivindicando seus poderes. Tendo como foco alcançar seus próprios objetivos, acabavam se unindo em aliança e redes de interesses com outras capitanias do Norte.

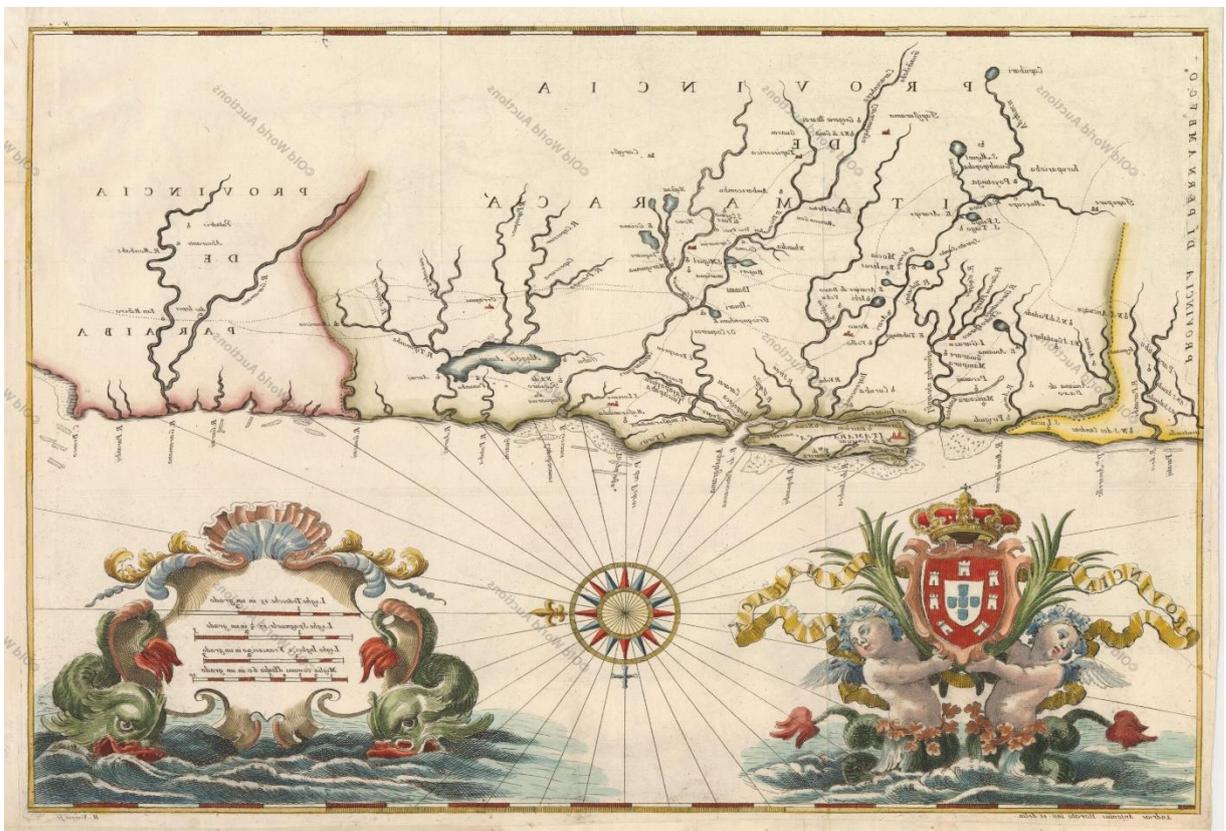
Durante a divisão do Brasil em capitanias hereditárias em 1534, a capitania de Itamaracá foi constituída. Localizada ao norte de Pernambuco, tinha seus limites do rio Igarassu, ao sul, e à baía da Traição ao norte. Nas primeiras décadas após o início das tentativas de colonização, os índios Potiguaras ocuparam e se estabeleceram do território do rio Goiana até a Baía da Traição.

Como falado anteriormente, a capitania de Itamaracá sempre foi uma região um tanto problemática devido à ausência de seus donatários, sendo caracterizada segundo alguns historiadores como “*uma capitania frustrada*”. Essa situação se estendeu até 1763, quando foi anexada, de forma definitiva, à capitania de Pernambuco.

Tendo como donatário Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa, que era comandante da expedição colonizadora em 1532, sendo responsável

pela divisão do Brasil em capitâneas hereditárias. Porém, Pero Lopes não tomou posse da capitania, passando assim para Francisco Braga. Com a sua morte, a capitania passou para as mãos de seu primo Lopes de Sousa, por não possuir herdeiros. Lopes de Sousa deixou para sua esposa, D. Maria de Sousa Guerra, por também não possuir herdeiros. Entretanto, os direitos de posse foram contestados por seu primo, D. Álvaro Peres de Castro e Sousa, que era marquês de Cascais e Montesanto. Este litígio foi de 1615 a 1617, período este que a capitania foi controlada pela Paraíba. Até 1631, a capitania ficou pelo seu comando, com a invasão dos holandeses.

**Figura 1** - Mapa da província brasileira de Itamaracá



Fonte: Guia de turismo e viagem de Salvador, Bahia e Nordeste brasileiro.

Após a expulsão dos holandeses, uma reestruturação socioeconômica das capitâneas conquistadas foi necessária. Os engenhos que, durante o período de invasão flamenga, foram abandonados por seus proprietários, agora estavam sendo novamente reivindicados por eles, tendo que ser tudo regulamentado e organizado pelas mãos da coroa mais uma vez. Assim sendo, a capitania de Itamaracá foi incorporada à Coroa, até que o seu donatário no período da invasão, Marquês de Cascais e Montesanto, fizesse à coroa toda restituição de despesas incorridas nos 24

anos de invasão holandesa. Ficando no domínio da coroa enquanto a família do Marquês de Cascais tentava retomar a posse. Porém, o Marquês faleceu antes da devolução sair, resultado este que só foi obtido 38 anos depois, em janeiro de 1692, para o seu filho, Luís Álvaro de Castro Ataíde e Sousa.

O propósito que norteia o estudo é o entendimento da importância de discutir sobre conflitos existentes na luta pelo poder dentro da capitania e o processo que a levou de donatária à administração régia, juntamente com a necessidade de detalhar tal processo, já que ele provocaria sua anexação à capitania de Pernambuco. Além de entender o motivo que levou tal capitania a permanecer tanto tempo como donatária, mesmo com o frequente interesse da Coroa em comprá-la dos donatários.

E dando-se vista ao procurador da Coroa, disse que ao governador de Pernambuco se deve ordenar faça efetivamente executar o disposto nas ordens de Vossa Majestade, de 20 de novembro de 1709 e 20 de maio de 1720, sem embargo de quaisquer dúvidas que se oponham por parte dos oficiais da Câmara e moradores de Goiana, e que não é para desprezar o parecer do desembargador João Veríssimo da Silva, a restituir-se para a Coroa esta capitania de Itamaracá, mas que depende de se ajustar o equivalente que se há de dar ao donatário dela, e que este ajuste há de ter mais demora e se pode tratar dele com a resolução de Vossa Majestade, e não só esta, mas todas as mais capitanias do Brasil é conveniente não estejam em donatários. (Transcrição de um fragmento da Carta do Conselho mostrando ao rei a utilidade em comprar a capitania de Itamaracá do seu donatário. Fonte: Ministério da Educação e Saúde – Documentos históricos: Consultas do Conselho Ultramarino (capitanias do norte 1728 – 1746).

Com exceção do período em que ficou nas mãos da Coroa, enquanto a questão sobre a posse após a morte do donatário, não era resolvida pela justiça, fato atribuído à grande proximidade entre a família donatária e a casa régia, tendo em vista que usufruíam de cargos na corte portuguesa, obrigando-os a administrá-la à distância, utilizando-se de Capitães-Mores que tinham como função representá-los.

Para além dessa relação política de privilégios que rodeava esta capitania, também vale destacar sua geografia. Esta região tinha sua costa recortada por rios e vales, garantindo extensões de terras férteis. Além da relativa proximidade com as terras do Reino e com as ilhas do centro-norte do Oceano Atlântico. Ou seja, esta donatária possuía as condições geográficas e econômicas para uma ocupação de sucesso; entretanto, quando comparada a outras capitanias próximas, sua relevância desvanece.

Tendo por base todo o contexto que permeou a história da capitania de Itamaracá, com condições, à primeira vista, favoráveis ao seu desenvolvimento econômico, buscou-se, por meio de uma revisão bibliográfica com análise qualitativa,

sintetizar estudos e promover uma avaliação criteriosa sobre os conflitos de ordens políticas e sociais que provocaram a “frustração”, conforme as palavras de Manuel Correio de Andrade, desta capitania.

Para tal, recorreremos a teses de doutorado, dissertações de mestrado e outros trabalhos de pesquisa que norteassem a análise. Sabe-se que existem inúmeras fontes que cobrem o período estabelecido; todavia, quando afinilamos para o recorte escolhido e a proposta desta monografia, as fontes tornam-se escassas.

Por isso, procuramos destrinchar ao máximo todos os textos que serviram de base, a fim de produzir de forma coesa todas as argumentações e questionamentos que fundamentaram nossa proposta. Comentando sobre as lutas pelo poder interno da capitania, bem como das tentativas fracassadas que a levou a ser anexada posteriormente à capitania de Pernambuco.

Com um apanhado de informações, sobre a formação de uma capitania e as condições para sua existência, procurou-se também estabelecer o contexto no qual existiu a capitania de Itamaracá e todas as relações de poder e sociais entre a corte e a família donatária, que viriam a ser determinantes para todos os acontecimentos que serão estudados por esta monografia.

Espera-se, por meio desta monografia, promover um entendimento sobre todo o processo de formação da capitania de Itamaracá e as dificuldades encontradas por seus administradores na tentativa de fazê-la prosperar.

Baseado no pensamento de que tal estudo é relevante para a compreensão da história dessa região, pois retrata a construção inicial de locais que viriam a ser tão importantes para Pernambuco, como é o caso das cidades de Goiana e de Igarassu. Buscou-se contribuir para a comunidade científica por meio deste estudo, incentivando uma procura mais aprofundada sobre o tema a todos que terão acesso a este estudo.

Entendendo que, mesmo com a riqueza de informações trazidas, ainda não foi o bastante para expor completamente todas as informações históricas sobre esta capitania e, conseqüentemente, compreendermos mais a fundo sua história.

## **2 . DEBATE HISTORIOGRÁFICO ACERCA DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ**

Dentre os autores que tratam do assunto proposto por esse estudo, é interessante destacar o que escreveu Barbalho (2009) em sua dissertação de mestrado e, posteriormente, em sua tese de doutorado, Velez (2016).

Ela buscou, em um primeiro momento, explicar a formação das elites e dos poderes locais dentro da capitania de Itamaracá, estudando as sucessivas trocas de poderes sobre a capitania e os conflitos entre a elite camarária de Goiana e os senhores de engenho em relação à situação jurídica da capitania depois da restauração pernambucana. Segundo, Barbalho (2009, p.37):

Para os senhores de engenho de Goiana era mais interessante a devolução [à família do donatário], pois, com o donatário ausente, como sempre ocorreu, ela teria mais liberdade para agir de acordo com seus próprios interesses. Porém, os comerciantes não achavam o mesmo, visto que perderiam os privilégios de acesso a cargos.

Barbalho escreveu também sobre a importância das Câmaras Municipais e como elas atuavam diretamente na organização da capitania:

Os poderes locais eram representados pelas Câmaras Municipais, responsáveis pela administração e arrecadação financeira da vila. Por conta disso, a Câmara era responsabilizada por uma gama de ações como a organização de festas e celebrações, pela fiscalização das medidas de higiene, saúde, assistência médica, organização do espaço urbano, abastecimento da população, entre outras coisas. (BARBALHO, 2009, p. 63).

Posteriormente, em sua tese, Velez escreveu sobre o processo de doação por parte da Coroa para a família donatária, levantando o questionamento acerca do motivo que levou a capitania a permanecer por tanto tempo em posse dos donatários. Dentre os possíveis motivos destacados, está a proximidade da Coroa com as famílias que ficaram com a posse de Itamaracá. Para a autora, isso poderia explicar a permanência diante das tentativas frustradas de fazer a capitania prosperar.

Pretende-se, desta forma, observar a estreita ligação da Casa de Cascais com a Coroa portuguesa, o que pode explicar a permanência desta capitania em mãos senhoriais, num período em que ocorriam as incorporações das capitanias hereditárias novamente à Coroa. (VELEZ, 2016, p. 115).

Ao analisar o processo de anexação, Velez comenta sobre os interesses que a capitania de Pernambuco possuía em relação a Itamaracá. Tal situação levou a conflitos de jurisdição entre as duas capitanias, e aos poucos eram efetuadas decisões que provocavam a perda da autonomia dos donatários sobre sua posse.

A primeira resolução que realmente começou a colocar fim à autonomia da capitania foi a extinção do cargo de Provedor da Fazenda de Itamaracá, em 1760, anexando esta provedoria à Provedoria da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco. A Capitania de Pernambuco passava, desta forma, a ter controle direto sobre os rendimentos da Capitania de Itamaracá, pois já o tinha parcialmente. (VELEZ, 2016, p. 284).

Oliveira e Santos, por sua vez, escrevem que a Ilha de Itamaracá gozava de importância para a circulação comercial e defesa, por causa de suas construções de fortificações.

No começo do século XVI, quando se deu início ao povoamento da região, a Ilha de Itamaracá apresentou vários atrativos aos europeus: boas condições de atracagem, rios navegáveis, áreas de manguezal e topografia favorável para ocupação dentro dos padrões urbanísticos da época. Um dos fatores que, por certo, mais atraiu os colonizadores para o local teria sido a característica insular em que a vila de Conceição estava inserida, sendo possível garantir situações de confinamento e isolamento que se constituíam em defesa natural, formando condições ideais para a instalação de um núcleo de povoamento. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 47).

A despeito destas condições favoráveis, Itamaracá não prosperou economicamente. Tem-se nos escritos de Moreira (2014), informações que poderiam explicar o fracasso desta capitania, mesmo diante das situações favoráveis geográficas e econômicas que possuía:

Algumas ponderações podem ser levantadas para o fracasso da mesma; tais como a ambição do donatário, que diferente de Duarte Coelho, dedicou-se às aventuras no ultramar português mais do que a administração de suas possessões, relegando-as a terceiros, como Francisco de Braga, indivíduo falante do tupi; a preponderância extrativista à produção açucareira; a não ocupação dos interiores da mesma pelo curso de seus rios, o que foi feito por indivíduos economicamente atrelados à Capitania de Pernambuco. (MOREIRA, 2014, p. 5).

Diante desse cenário, Andrade (1999) entende e denomina a capitania de Itamaracá como frustrada, já que possuía condições físicas, estruturais e econômicas para se estabelecer na região. Todavia, devido a um desinteresse por parte de seus donatários e aos diversos conflitos dentro da própria capitania, acabou não se desenvolvendo e sendo, enfim, anexada à capitania de Pernambuco.

Oliveira procura explicar a falta de desenvolvimento por meio do modelo de administração implantado na capitania. Já que seu donatário esteve mais preocupado em empreender novas aventuras ao invés de se instalar em sua possessão para focar em seu crescimento:

A capitania de Itamaracá e a Capitania de Pernambuco, vizinhas desde as duas formações, que foram doadas, respectivamente, a Pero Lopes de Souza e a Duarte Coelho, tiveram ambas as condições favoráveis no cenário colonial português. Entretanto, ao que consta dos historiógrafos das duas capitanias, a diferença no sucesso de uma em decorrência da outra deve-se ao modelo de administração implantado. (OLIVEIRA, 2014, p. 75).

Jordão, após uma análise sobre as empreitadas do então donatário da capitania, Pero Lopes de Souza, escreve que mesmo que ele não tivesse vindo a

falecer em uma de suas expedições, seria pouco provável que se empenhasse no desenvolvimento de Itamaracá:

Aliás, estava previsto, ainda que se Pero Lopes de Souza não houvesse perecido na sua viagem de regresso da Índia para Portugal, o resultado seria o mesmo, pois “mais anelante de louros e honras que de lucros”, e sem fortuna para “empreender a dispendiosa colonização das suas capitanias”, pouco ou nada mais podia fazer do que colher os poucos resultados que foram colhidos com sua morte. (JORDÃO FILHO, 1977, p.81).

Andrade, por sua vez, endossa a deficiência dos donatários nas questões administrativas, além das ausências dos mesmos. O que posteriormente provocaria a perda de territórios para capitanias vizinhas como a da Paraíba e a de Pernambuco, esta última viria à anexá-la:

A capitania de Itamaracá, com donatários ausentes e carentes de recursos financeiros, não conseguiu se desenvolver, permanecendo durante décadas a depender de Pernambuco, embora independente do ponto de vista político-administrativo. (ANDRADE, 1999, p. 59).

Sendo assim, entende-se que os donatários da capitania de Itamaracá enfrentaram problemas internos e externos durante o período que tiveram a posse da região, sejam eles de caráter político ou econômico.

Tais entraves são utilizados pelos autores citados, com o objetivo de encontrar explicações que esclareçam o motivo desta capitania não ter alcançado uma importância maior no cenário da época. Além disso, discorreram sobre os interesses frequentes do governo da capitania de Pernambuco e da Coroa, na região de Itamaracá, e como isso contribuiu para a anexação da capitania de Itamaracá.

### **3. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS LOCAIS**

Entre as formas que a coroa tinha para controle e administração das colônias, foram instituídas ouvidorias e câmaras. Enquanto as ouvidorias eram de âmbito regional, as câmaras eram no âmbito municipal, trazendo assim, um domínio socioeconômico. Os poderes locais eram representados pelas Câmaras Municipais que ficavam responsáveis pelo levantamento de fundos e administração financeira da vila. Por esta razão, tudo que se referia a saúde, higiene, organização de espaço público, festas, dentre várias outras atividades, que dizem respeito a uma organização social, pertencia à Câmara.

Este órgão era subordinado aos poderes centrais, porém, conquistou poderes extraordinários, haja vista que eventualmente, os poderes das capitanias eram

tomados pelas Câmaras, seja por falecimento ou deposição dos governadores e, quando isso não acontecia, ficavam torcendo para que assim sucedesse.

As Câmaras existiam em locais onde possuíam o título de serem capitanias ou vilas, títulos estes regulamentados pelos forais, que também variavam de local para local e sempre buscavam mais poderes. Visto que a forma como eram instauradas, seja antes ou depois da povoação do local, também interferia na ascensão e influência desta sobre o povo, sendo Goiana e Recife exemplos de instalação após a organização urbana.

Mesmo que as Câmaras possuíssem grande influência na forma como interferiam nos assuntos administrativos da capitania, ainda não eram suficientes quando colocamos em pauta a administração geral. Por esta razão, as Câmaras buscavam mais influência e poder, sempre haveria sobreposições de poder, cargo e jurisdições, pois as funções e confiança de determinados cargos acabavam variando de acordo com quem os ocupava naquele período. Na Vila de Goiana, por exemplo, o poder foi instituído tanto por pessoas da “nobreza”, lavradores e senhores de engenho, por comerciantes.

Apesar de possuírem amplos poderes locais, dentro da escala administrativa da capitania, a autoridade municipal estava na camada mais baixa hierarquicamente e, por isso, procurava sempre aumentar suas prerrogativas. (BARBALHO, 2009, p. 76).

A Câmara, composta por essas figuras sociais, tinha sua sede na Vila de Conceição até o ano de 1685, pois Goiana era uma freguesia que estava sob jurisdição de Nossa Senhora da Conceição (Itamaracá). No entanto, quando Goiana tornou-se vila, uma petição foi feita para mudança de local, haja vista que residiam em Goiana. Isso desencadeou uma série de conflitos entre as vila de Goiana e Conceição pela disputa do título de sede da capitania, que conferia maiores poderes à vila que o recebesse, como controlar seu próprio termo e fiscalizar outras comarcas e suas atuações.

A composição das Câmaras era feita por dois juízes ordinários, que recebiam esse título como forma de diferenciação dos juízes letrados, um procurador e dois a seis vereadores, além de almotaceis, vedor de obras, porteiros, juízes de órfãos, carcereiros, dentre tantos outros, com base no regimento de 1504 e pelas Ordenações Filipinas (1603). Os juízes ordinários possuíam a função de inspecionar se os outros magistrados municipais estavam cumprindo com suas obrigações. Em 1696

começaram a chegar juizes de fora ao Brasil; estes eram fiscais reais em âmbito local e passaram a ocupar a função de juizes de órfãos.

Os almotaceis eram responsáveis pela arrecadação de tudo aquilo indispensável para a manutenção da vila, bem como pela fiscalização para garantir o cumprimento das determinações da Câmara pela população, ou seja, preços de mercadorias, questões de higiene, ordenações da vila, dentre outros.

Já os vereadores possuíam as funções administrativas para as quais a Câmara era responsável. E, por fim, os procuradores eram fiscais que representavam os interesses da população e da câmara em questões judiciais. Para ambas as funções, as eleições eram feitas anualmente entre a população de maior reconhecimento da vila, que eram os homens bons ou os de nobreza da terra.

Nas reuniões, sempre havia exposição dos interesses da Câmara e da população mais abastada da vila, onde, entravam em contato com representantes da coroa e propunham seus desejos, que por vezes eram concedidos, causando certo desconforto entre a elite camarária e os agentes reais que aqui estavam.

Essa estratégia da coroa de autonomia local era muito frequente, pois os fiscais reais enriqueciam de forma ilícita, às custas da coroa, o que os locais também faziam. Porém, ao incitar essa fiscalização entre eles, promovia uma autonomia maior às câmaras, com o objetivo de manter certa vigilância sobre seus representantes reais. A disputa na Câmara não era exclusivamente por valor econômico; a posição e prestígio social também era algo visado, pois tais condições proporcionavam o poder de enobrecer aqueles que não eram nobres.

Outro órgão administrativo, a Ouvidoria tinha o poder central no juiz ouvidor, que atuava em crimes e em cível, tendo como objetivo a manutenção e fiscalização da justiça. Na capitania de Itamaracá, até por volta das duas primeiras décadas do século XVII, tudo indica que era composta por funcionários não letrados, de ordenança donatarial. Com a reestruturação socioeconômica donatarial após a expulsão dos holandeses, a capitania de Itamaracá tinha sua esfera judicial dividida entre as capitanias de Pernambuco e da Paraíba, onde as funções da ouvidoria eram exercidas por Pernambuco e as correições pela Paraíba. No âmbito jurídico, a capitania de Itamaracá pertencia à comarca da Paraíba desde 1687, onde houve a criação de sua ouvidoria.

A partir de 1654, havia uma ouvidoria em Itamaracá, quando esta capitania estava em posse da Coroa, haja vista que até 1685 os donatários da capitania

estavam em litígio com a coroa para reaver a mesma, e, só em 1692, após o Levante de Goiana, o donatário recebeu de forma efetiva a sua posse, nos levando a crer que, se havia uma ouvidoria em Itamaracá, não era de ordem donatarial.

Há, porém alguns indícios de uma ouvidoria em Itamaracá. O primeiro a mostrar é uma reclamação, retratando a dificuldade nas ações judiciais, sejam elas cíveis ou criminais, onde as audiências ocorriam na Bahia, provocando um grande e desgastante deslocamento para a participação das ações. Outros indícios da atuação da ouvidoria na capitania de Itamaracá são as reclamações dos nobres moradores da capitania sobre os maus procedimentos de seu ouvidor.

Tais reclamações nos trazem possíveis comprovações da existência da Ouvidoria na capitania de Itamaracá, como também de sua atuação no desenvolvimento social, mostrando assim a sua relevante importância para a Coroa.

Para além dos órgãos administrativos, existiam também funções criadas para auxiliar os donatários na administração da capitania. Esses donatários eram chamados também de governadores ou capitães. O entendimento de tais títulos foi modificado com o tempo, mas a ideia era fazer referência a poderes civis e militares. Mais para frente foi incluído o direito de doar sesmarias, haja vista que possuía também o objetivo de crescimento e desenvolvimento da capitania.

Por causa da já citada ausência dos donatários, criou-se a necessidade da indicação de substitutos do capitão-donatário. Essas ausências geravam bastante insatisfação na população local e provocava a rejeição do poder donatarial, e davam-se por inúmeros motivos, dentre eles: casos de demência, menoridade ou por residirem em outro lugar.

Por isso, a nomeação de representantes do capitão que receberiam a nomenclatura de Capitão-Mor, tinha como propósito manter a posse donatarial, ainda que o mesmo não residisse na capitania. Porém, tais manobras, por vezes, não obtiveram sucesso, já que a população as rejeitava alegando má gestão. A coroa por sua vez, punia e até mesmo destituía estes homens do cargo, dependendo da seriedade das acusações.

No século XVII, houve diversas alterações nas nomeações dos capitães-mores, uma vez que, ao mudar de capitánias donatárias para capitánias reais, também houve uma mudança na forma de nomear o capitão mor de uma capitania. Antes, as indicações de nomes eram feitas pelos donatários, para o recebimento de um título e

atuação a cada três anos. Após a Restauração portuguesa, passou a ser feita por indicação no Conselho Ultramarino.

Geralmente os substitutos do capitão donatário eram nomeados para o exercício das funções durante o prazo de três anos, e já em meados do século XVII, após a Restauração, eram necessárias as consultas do Conselho Ultramarino para que o Rei confirmasse as indicações dos donatários, através de uma lista tríplice. (VELEZ, 2016, p.161).

Tais listas de indicações levavam em conta a atuação e a ficha de serviço de cada indicado mas, foram desaparecendo com o tempo, principalmente nas capitâneas mais abastadas, possuindo unicamente a indicação dos seus capitães e confirmação régia.

No período anterior à devolução da Capitania de Itamaracá ao donatário, o 2º Marquês de Cascais, os capitães-mores eram indicados pelo Conselho Ultramarino e confirmados pelo Rei, já que a capitania havia sido incorporada novamente à Coroa. Eram postos editais para que no prazo de 15 dias os candidatos que se interessassem entregassem seus papéis de serviço ao secretário do Conselho Ultramarino, e desta forma era feita a seleção. No entanto, com a referida devolução, o donatário retomou esta prerrogativa e passou a prover os cargos pelo período de três anos, lançando uma lista com três candidatos juntamente com a folha de serviço e/ou qualidade de cada um, para que o Conselho Ultramarino avaliasse e desse o seu parecer para o Rei deferir ou não. (VELEZ, 2016, p. 162).

Ao longo dos anos, houve algumas modificações na forma de escolha dos capitães donatários, o fato é que sempre se buscou formas de limitar os poderes locais e centralizar os poderes sob dominação régia. Diante disso, conflitos foram surgindo entre o poder local da capitania de Itamaracá e a capitania de Pernambuco, em que a câmara local reivindicava esse aumento de poder da Capitania de Pernambuco, haja vista que tal poder deveria se restringir à milícia. Quando um capitão-mor era contra essa forma de administração e não se entendia com a Câmara local e com a capitania de Pernambuco, cumpria os 3 anos e logo se indicava os candidatos para aprovação real, enquanto outros, que tinham boa relação com a Câmara, chegavam a passar 5 a 8 anos como capitães-mores.

Tais afirmativas nos indicam que não só a permanência no cargo, como também a honraria e aceitação dependeriam da forma como o capitão lidava com o poder local, representado pela Câmara e com as ordenanças da Coroa.

#### **4. O LEVANTE DE GOIANA**

A vila de Goiana possuía grande relevância dentro da capitania de Itamaracá. Grande parte de sua economia estava voltada para o açúcar, principalmente por conta dos Engenhos que estavam localizados nela. Porém, esta região, por estar cercada de várias áreas fluviais, também tinha uma forte ligação comercial com Recife e outras capitanias do Norte do Brasil. Por isso, na estrutura social, política e econômica, os comerciantes detinham forte influência, chegando a rivalizar com os senhores de engenho.

E é justamente entre as duas camadas sociais, a nobreza, composta por senhores de engenho, e os comerciantes, que ocorreu a disputa pela ocupação dos cargos da Câmara Municipal. Foi entre elas que houve a construção do poder local em Goiana, que é caracterizado pela participação nas atividades administrativas de uma vila. (BARBALHO, 2009, p. 61).

Andrade afirma que Goiana se transformou num grande centro comercial e urbano, sendo considerada como a mais importante da capitania de Itamaracá entre os séculos XVII e XVIII. Por isso, após a expulsão dos holandeses no período do litígio sobre a devolução da posse da capitania à família donatarial, houve conflitos entre os poderes locais que não concordavam entre si a respeito da decisão.

A cerimônia de devolução estava prevista para o dia 1º de novembro de 1692, porém, havia algumas perspectivas em pauta. A primeira, era a elite camarária de Goiana que se opunha, pois Goiana já havia sido elevada a vila em 1685. Em segundo lugar, haviam os senhores de engenho, que eram a favor, visto que, como sempre tinham o donatário ausente, teriam mais liberdade para atuar de acordo com seus interesses próprios. Em contrapartida, os comerciantes perderiam todo acesso a cargos, que eram o que tinham quando a coroa estava com as posses da capitania.

Esta devolução iria ocorrer da seguinte forma: seria feita uma procuração passada do Marquês de Cascais ao governador de Pernambuco, o Marquês de Montebelo, este repassaria para um dos próprios homens da capitania, Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. O ouvidor geral da Paraíba, Dr. Diogo Rangel, responsável por fazer os processos de correção, é quem deveria efetuar a posse.

Diogo Rangel e Montebelo se surpreenderam com a reação dos vereadores, estes diziam que estavam impossibilitados de dar início a cerimônia, pois haviam cerca de 1200 populares armados que se opunham à ordem régia. Na tentativa de manter sob controle, os vereadores elegeram um juiz do povo e mais quatro representantes entre os principais da terra, e o Marquês de Montebelo, falou com a Câmara que a ordem pública fosse restabelecida, para que não fossem denunciados

ao governador-geral e ao rei. Os goianenses se sentiram ultrajados e mantiveram os vereadores presos na Câmara durante os quinze primeiros dias de agosto, em resposta à proposta de Montebelo.

Diante de tantos eventos, o corregedor foi obrigado a ir a Goiana com o intuito de resolver a questão. O planejamento era esperar a decisão régia, mas Montebelo se mostrava irredutível e queria que Rangel realizasse a posse. A suspeita do governador era que o corregedor exagerou a situação com o objetivo de conseguir o perdão pelo motim, e adiar ainda mais a devolução da capitania. Enquanto isso, Diogo Rangel tentava negociar com a Câmara.

Buscando formas de resolução, nem com a própria milícia de Itamaracá se podia contar para manter a agitação controlada, visto que eles mesmos estavam empolgados pelos desobedientes com sede de agir. Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, o sargento-mor e procurador do donatário, havia fugido após todo aquele tumulto. O Marquês de Montebelo não quis usar as tropas pernambucanas, pois a sua situação com a Câmara de Olinda e ao ocupar suas tropas no levante, poderia proporcionar uma oportunidade para uma rebelião contra ele.

Antes de Diogo Rangel retornar a Paraíba, conseguiu fazer um acordo com a Câmara, mantendo suspensa a transferência até a Coroa mandar uma resposta e, aqueles que participaram do motim não seriam punidos. A situação não estava sob controle, pois pode-se observar que foi um acontecimento regido por dois voluntários, por assim dizer. Um deles, Jorge Cavalcanti, tinha o apoio da Câmara de Goiana, a qual em sua maioria era composta por reinóis. O outro era Frei João de São José, da ordem dos Carmelitas reformados, que em Goiana protegiam os mascates. Isso mostra que a Câmara, que se dizia coagida pela população, era na verdade cúmplice ou subornava o povo.

Os motivos que fizeram alguns historiadores chegarem a esta conclusão de ser um motim forjado se comprovam, pois mesmo diante de tal situação, a arrematação dos subsídios ao fumo e ao açúcar, que Nicolau Berquimão havia provido, ainda se processava e os preços eram inferiores aos dos anos anteriores, o que abalou Montebelo. A atitude de Berquimão gerou lucros para os que estavam envolvidos no motim.

Jorge Cavalcanti, que era o juiz ordinário da Câmara de Goiana, tinha muitos inimigos dentro de sua família, o que explica a ligação com os reinóis e a pretensão

de manter a capitania nas mãos da coroa, uma vez que, dessa forma, os seus parentes não seriam beneficiados.

Montebelo não conseguiu resolver a situação e ficou para seu sucessor, Caetano de Melo e Castro, por volta de Dezembro de 1692. Como o acontecido não foi contra o monarca, visto que queriam permanecer debaixo das guardas da Coroa, os seus participantes não foram punidos, mas sim advertidos, pois desobedeceram uma ordem real e, se novamente houvesse tal fato, seriam punidos. A capitania foi reintegrada com a premissa de que, se ficassem sem a presença ou tendo a negligência do donatário, a coroa viria em seu socorro e os voluntários continuariam recebendo os privilégios da coroa. Por fim, aceitaram tal acordo na restituição.

Em Goiana, a elite política eram os senhores de engenho, lavradores, e comerciantes. Estes conseguiram, através de petições, a transferência da Câmara da vila de Conceição para a vila de Goiana, com a premissa de que a maioria dos que compunham a câmara residiam na vila de Goiana, pois os senhores de engenho migraram para esta localidade.

Tendo em vista que o porto goianense possuía um comércio bastante ativo e influente na primeira década do século XVIII, a Câmara Municipal de Goiana passou a ser composta por comerciantes reinóis, que também eram mascates. Entretanto, por não termos acesso a documentações dessa época, não conseguimos chegar a uma conclusão sobre como estes reinóis chegaram a ser vereadores antes da formação da Câmara do Recife. Porém, em algumas outras fontes documentais, historiadores afirmam que eles já integravam ou influenciavam a Câmara de Goiana da década de 90 do século XVII até a guerra dos mascates.

Sendo assim, a devolução da capitania de Itamaracá ao Marquês de Cascais em 1692, que foi tomada por uma certa mobilização popular, ainda que a devolução fosse proporcionar mais vantagens e influências do que o domínio régio, era também por ser contra os reinóis ocuparem a Câmara, pois estes eram da parentela do donatário que regia de Portugal.

A Câmara Municipal, com o apoio dos Carmelitas, defensores dos mascates, estava incentivando as camadas populacionais mais baixas contra essa devolução, o que nos indica que possivelmente a Câmara de Goiana estava constituída, em sua maioria, por reinóis que estavam interligados com as atividades portuárias, por esta razão, se opunham à devolução ao Marquês de Cascais.

Com a morte de D. Luís Álvaro de Castro Ataíde e Sousa, a posse da capitania foi para seu filho, D. Manuel José de Castro Noronha e Ataíde e Sousa, que foi passado para Luís Tomás de Castro Noronha Ataíde e Sousa. Com a morte deste, o último donatário foi o Marquês de Cascais e Lourical, Francisco Xavier Rafael Meneses. Sem deixar herdeiros, a capitania voltou para as mãos da coroa, entrando novamente em litígio no ano de 1756. Em meio a este impasse, Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, se viu no direito de administrar a capitania em nome da Coroa, até que em 1763, a capitania de Itamaracá foi finalmente anexada a capitania de Pernambuco.

## **5. A PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ**

Uma provedoria era um órgão importantíssimo para uma Coroa Real, no caso estudado, a Coroa Portuguesa, pois ficava responsável por firmar e garantir o colonialismo, ou seja, estava diretamente ligada ao êxito nos objetivos mercantis.

O principal cargo dentro da Provedoria era o de Provedor. Estes tinham como função a administração de questões ligadas às finanças, como também eram responsáveis por administrar interesses de pessoas que não podiam administrá-los, seja por motivos de morte, ausência, etc. Tinham também a função de contador e recebiam os maiores rendimentos dentro da capitania.

Aqui no Brasil, acredita-se que teve início em 1548 com a criação do Governo-Geral, tendo como principal objetivo controlar atividades mercantis e transferir as rendas da colônia para a Coroa. Assim, foram criados os cargos de provedores e almoxarifes, cujo objetivo era guardar a fazenda do Rei e, por isso, não estavam sujeitos aos donatários. Compondo esse setor, o cargo de Almoxarife, auxiliado por escrivães, era responsável por cobrar as dívidas daqueles que deviam à Coroa. Em Itamaracá, estima-se que tenha sido instituído no período da remontagem da Provedoria, em meados de 1670.

Também era responsabilidade dos provedores fiscalizar o recolhimento da dízima do açúcar, colocar em pregão as rendas e os direitos reais, preservar os privilégios e liberdades dos rendeiros. Administravam a Fazenda dos Defuntos e realizavam resoluções para verificação do armamento de cada capitania.

A função judicial estava dentro de sua área de atuação e eles deveriam conhecer os feitos e causas que envolvessem os oficiais da Fazenda e demais pessoas que lidavam com rendas e direitos régios. Por exemplo, no tocante à

concessão de sesmarias, deveriam julgar, sem apelação e agravo, casos em que a quantia fosse menor que dez mil-réis. Acumulavam também o cargo de juiz dos descaminhos e de juiz da alfândega (até 1704, quando houve a separação dos cargos de provedor e juiz da alfândega), e tinham como função realizar atividades ligadas ao despacho e à cobrança dos direitos alfandegários, além de julgarem as irregularidades e descaminhos até certo valor.

Além das funções citadas, houve acréscimos no papel dos provedores, que reforçavam o caráter fiscalizador deles e estabeleciam que determinadas atividades deveriam ser feitas juntamente com governadores de capitania e câmaras. Por exemplo, a taxaçoão do preço da lenha e a análise da manutenção da distância de construção entre os engenhos. Também receberiam ordenamentos relacionados à cobrança dos dízimos sobre o açúcar e ao corte do pau-Brasil.

A provedoria em Itamaracá passou por uma série de percalços, devido à perda de territórios que a capitania sofreu pelas investidas régias e disputas entre os potiguaras e portugueses. Isso levou à pouca arrecadação, e conseqüente em 1614, ao pouco interesse de se exercer cargos na provedoria, pois os provedores recebiam de acordo com as rendas da capitania. No entanto, já no fim do século XVII, as rendas haviam crescido ao ponto de, por determinação régia, a capitania dever arcar com a folha eclesiástica da capitania de Pernambuco quando suas rendas não fossem suficientes.

Este órgão administrativo tinha como finalidade fiscalizar as rendas na colônia, servindo de mecanismo utilizado pela Coroa para a manutenção de seu patrimônio. Durante a invasão holandesa, este órgão foi desmontado, vindo a ser reconstituído após a expulsão. Logo após essa expulsão, os contratos e as dívidas existentes da capitania de Itamaracá eram finalizados e cobrados pela capitania de Pernambuco. Até que, em meados de 1676, houve evidências reais que a Provedoria de Itamaracá estava funcionando novamente.

Entretanto, mesmo com a reestruturação da Provedoria da Fazenda Real de Itamaracá, o provedor da capitania de Pernambuco continuava com parte da influência anterior, pois, as autoridades régias ainda detinham influência econômica sobre a capitania de Itamaracá. Um exemplo disso era que o pagamento das despesas eclesiásticas de Pernambuco ainda estava sob a responsabilidade de Itamaracá e Pernambuco detinha posse sobre arrecadação de alguns tributos da capitania vizinha.

Outros problemas, além dos jurisdicionais, afetavam a provedoria. Dentre eles, destaca-se a inexistência de casa própria, o que obrigava as assistências serem efetuadas em casas de terceiros ou no conselho. Além disso, inúmeras pessoas deviam à fazenda, e mesmo aquelas que já haviam morrido continuavam com suas dívidas sendo cobradas. Os herdeiros deveriam ficar responsáveis por pagar as contas e, caso não o fizessem, estavam sujeitos à prisão e ao confisco de seus bens.

Sobre as despesas concernentes à capitania de Itamaracá, destacam-se algumas mudanças efetuadas após a sua restituição às mãos do donatário, ocorridas em 1692. Dentre elas, destaca-se o fato de o Capitão-Mor não ser mais pago pela Fazenda Real, mas sim pelo donatário. Isso ocorreu porque se entendia que, por ser indicação do donatário e não frequentar a capitania, não deveria estar sob responsabilidade da Fazenda Real. Essa mudança só pôde ocorrer porque o donatário não possuía jurisdição sobre a Provedoria, assim como não tinham sobre as Câmaras Municipais. Outra atribuição que ficou a cargo da Provedoria foi o pagamento da infantaria, que anteriormente era de responsabilidade da Câmara, mas, devido a erros de administração foi delegado à Provedoria.

Tendo o ano de 1760 como o da de sua extinção, percebe-se que não foi por falta de arrecadação, mas sim pela má administração dos recursos adquiridos. Tem-se na falta de fiscalização a justificativa para as irregularidades na arrecadação e desvios por parte dos Provedores. Isso facilitou para os procuradores reais da capitania de Pernambuco, que desejavam as rendas de Itamaracá, terem acesso às rendas.

Tal acesso só viria a ser oficializado com a extinção da Provedoria e do cargo de Provedor, pois, quando acontecia de uma Provedoria ser eliminada, a capitania era anexada outra mais próximo que detinha condições melhores para administrá-la.

## **6. RENDIMENTOS NA CAPITANIA DE ITAMARACÁ**

Um dos motivos do grande interesse da capitania de Pernambuco sobre a capitania de Itamaracá era justamente seus rendimentos. Por isso, achou-se válido destacar os principais contratos que movimentavam a economia e os cofres administrativos.

Quando se pensa em rendimentos públicos, a primeira coisa que vem à mente, são impostos; ao tratar-se do período colonial, o principal era o dízimo. Este imposto representava um décimo de toda a produção e deveria ser pago à Igreja, porém, no

caso da Coroa Portuguesa, o rei era o chefe da ordem de Cristo e, por meio do padroado, a coleta ficava a cargo da Coroa.

Este contrato recaía sobre a produção agrícola, no caso da Capitania de Itamaracá, a produção açucareira.

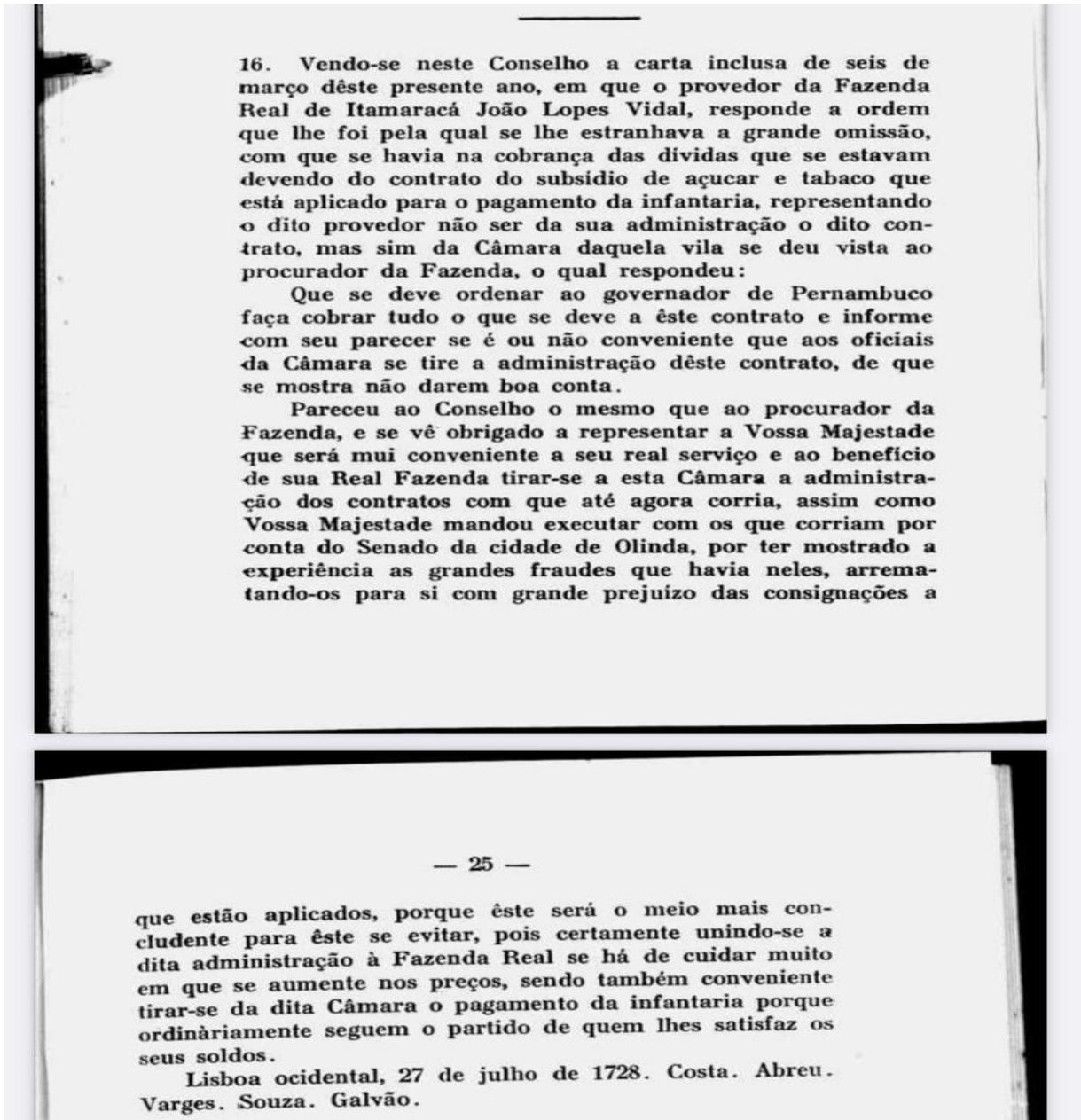
Geralmente eram feitas por triênio, ou seja, eram arrematadas pelo tempo de três anos. No caso de Itamaracá, durante um período da primeira metade do século XVIII, eram arrematadas anualmente, o que foi expressamente determinado o contrário pelo Rei a partir da transferência das arrematações para Lisboa, no Conselho Ultramarino. Principiavam em 1º de agosto do ano da arrematação, que ocorria antes desta data, e vigorava até o último dia do mês de julho três anos passados. (VELEZ, 2016, p. 234).

Os integrantes da Provedoria da Fazenda Real de Itamaracá enfrentaram dificuldades no que diz respeito ao contrato dos dízimos, por causa do desejo constante de que tal arrecadação fosse destinada à Provedoria de Pernambuco e seu Governo. Esse conflito perdurou um século, até que ficou determinado por ordem régia que o processo de arremate ocorreria no Conselho Ultramarino.

Têm-se também o contrato do açúcar e tabaco, cujo propósito da criação foi para pagar companhias do presídio e da fortaleza. Este contrato começou sendo administrado pela Câmara Municipal de Goiana e era usado para pagar a infantaria da capitania. Além disso, contribuía para as obras que estavam sendo efetuadas na capitania da Paraíba, como é o caso do forte de Cabedelo.

Por render o suficiente para cumprir com suas demandas, este contrato também era ambicionado pelo Governador da capitania de Pernambuco, que viria a solicitar ao Rei, na metade do século XVIII, que a Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco passasse a administrar o referido contrato, alegando desordem na sua arrematação na capitania de Itamaracá, pois, estavam deixando de cobrar dívidas referentes ao contrato.

**Figura 2** – Carta com a determinação Régia que estabelecia a administração pela Provedoria da Fazenda de Itamaracá de todos os contratos que antes eram administrados pela Câmara de Goiana

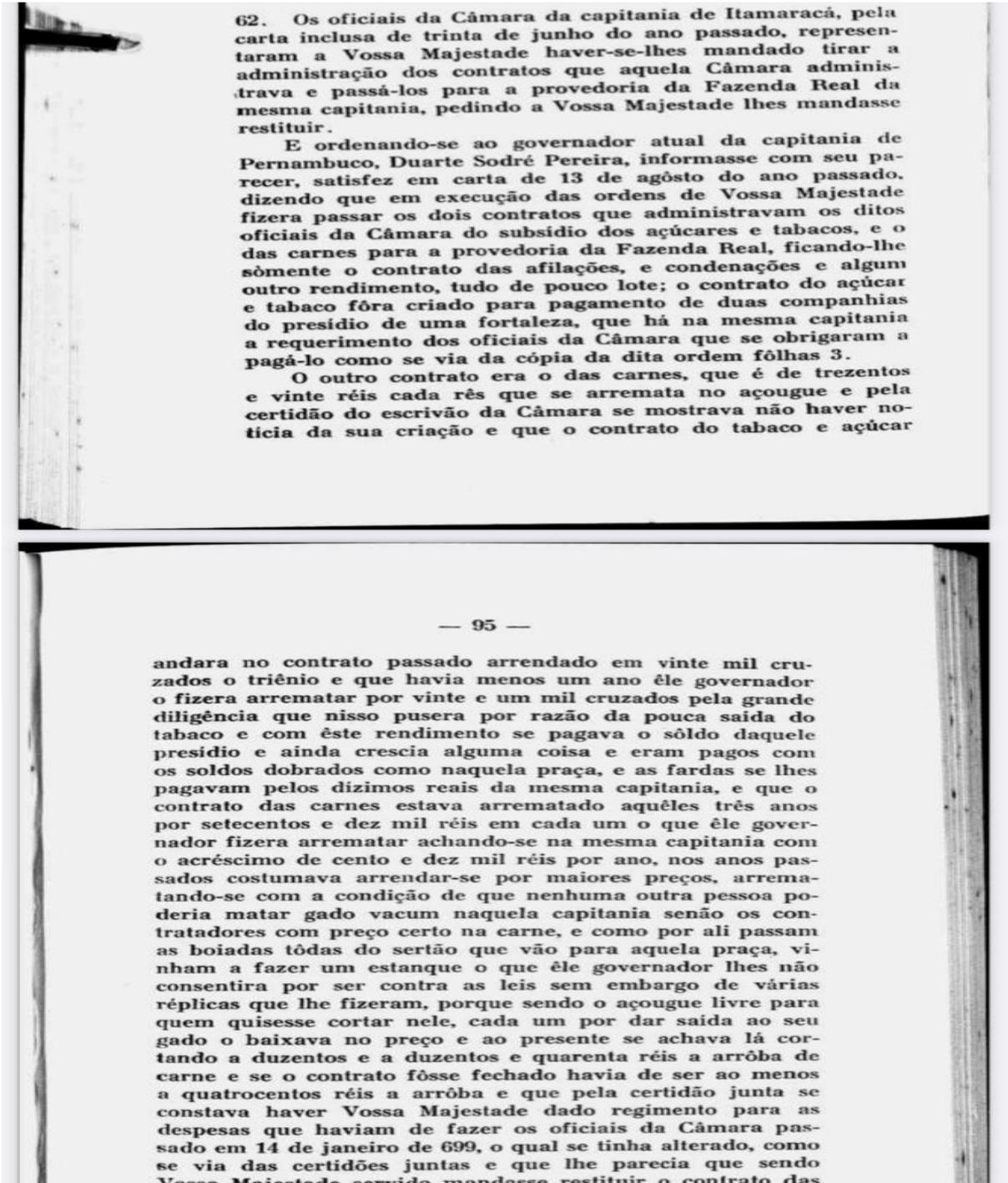


Fonte: Ministério da Educação e Saúde – Documentos históricos: Consultas do Conselho Ultramarino (capitanias do norte 1728 – 1746).

Após deliberações, o Rei determinou que todos os contratos que antes eram administrados pela Câmara de Goiana, passassem a ser administrados pela Provedoria da Fazenda de Itamaracá. No entanto, a Câmara de Goiana argumentava que não haveria problema em repassar o contrato do açúcar e tabaco para a Provedoria, mas no tocante ao contrato do subsídio das carnes teriam problemas, já

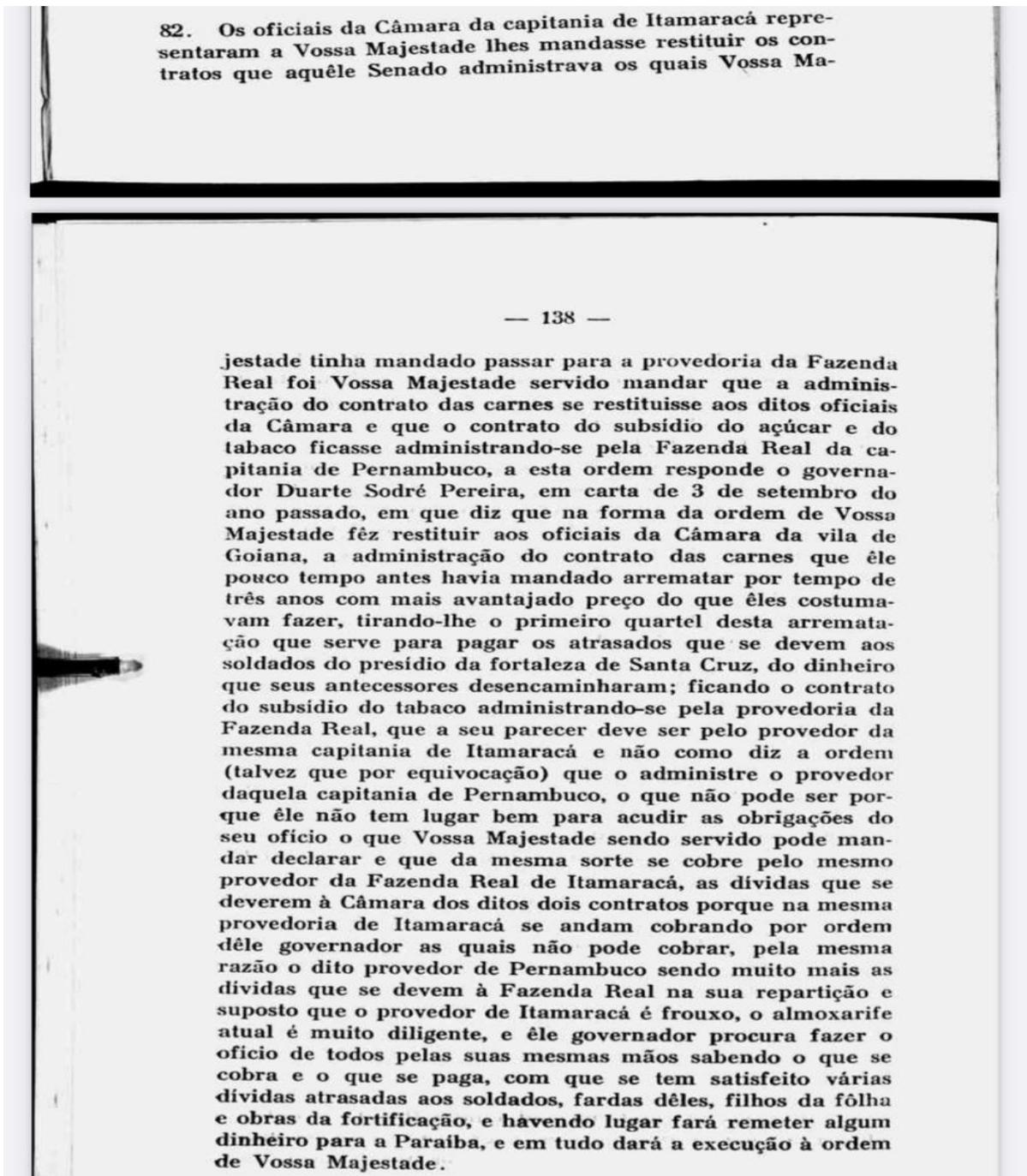
que sem ele o senado não teria renda para pagar suas despesas. Porém, o contrato das carnes continua sendo administrado pela Provedoria e só voltaria a ser administrado pela Câmara de Goiana anos depois, por meio de ordem régia.

**Figura 3** - Fragmento da carta dos Oficiais da Câmara de Goiana



Fonte: Ministério da Educação e Saúde – Documentos históricos: Consultas do Conselho Ultramarino (capitanias do norte 1728 – 1746).

**Figura 4** - Fragmento da carta contendo a determinação Régia devolvendo a administração do subsídio da carne para a Câmara de Goiana



Fonte: Ministério da Educação e Saúde – Documentos históricos: Consultas do Conselho Ultramarino (capitanias do norte 1728 – 1746).

A transferência que levou o contrato do subsídio do açúcar e tabaco a ser administrado pela Provedoria de Itamaracá, continuava desagradando o governo de Pernambuco, pois, ele argumentava que as desordens na administração continuaria por causa do oficial que ocupava o cargo de provedor da capitania de Itamaracá. A

ideia era que a administração passasse a ser feita por Pernambuco. Isso aconteceu por alguns anos, porém, após uma nova resolução régia, o contrato voltaria a ser administrado pela Provedoria de Itamaracá. Esta situação mudaria novamente na ocasião da anexação da capitania de Itamaracá pela capitania de Pernambuco.

Existiam também os rendimentos donatários, dentre eles, vale destacar a redízima. Este imposto era a mais importante fonte de renda do donatário e consistia em 10% do valor do dízimo e, possivelmente, era cobrado junto ao contrato destes. Sendo uma fonte de renda considerável, existia o interesse do Rei de estar ciente sobre os rendimentos que estavam indo para o donatário.

Vale destacar também, a vintena do pau-brasil, que consistia na destinação da coleta da renda da produção, que era feita na capitania de Itamaracá, para os donatários. Porém, essa arrecadação não era regular, o que gerava prejuízos para os donatários.

Por meio deste pequeno retrato econômico da capitania de Itamaracá, percebe-se que mesmo seus rendimentos destoando da capitania de Pernambuco, os donatários ainda eram beneficiados pela posse de Itamaracá, não é à toa que havia insistência em manter esta região como donatária.

Tais benefícios só não eram maiores por causa da desorganização existente na Provedoria da Fazenda Real da capitania de Itamaracá, pois, mesmo esse órgão sendo de designação régia e não donatário, seu funcionamento acabava interferindo na coleta dos rendimentos que deveriam ser destinados aos donatários.

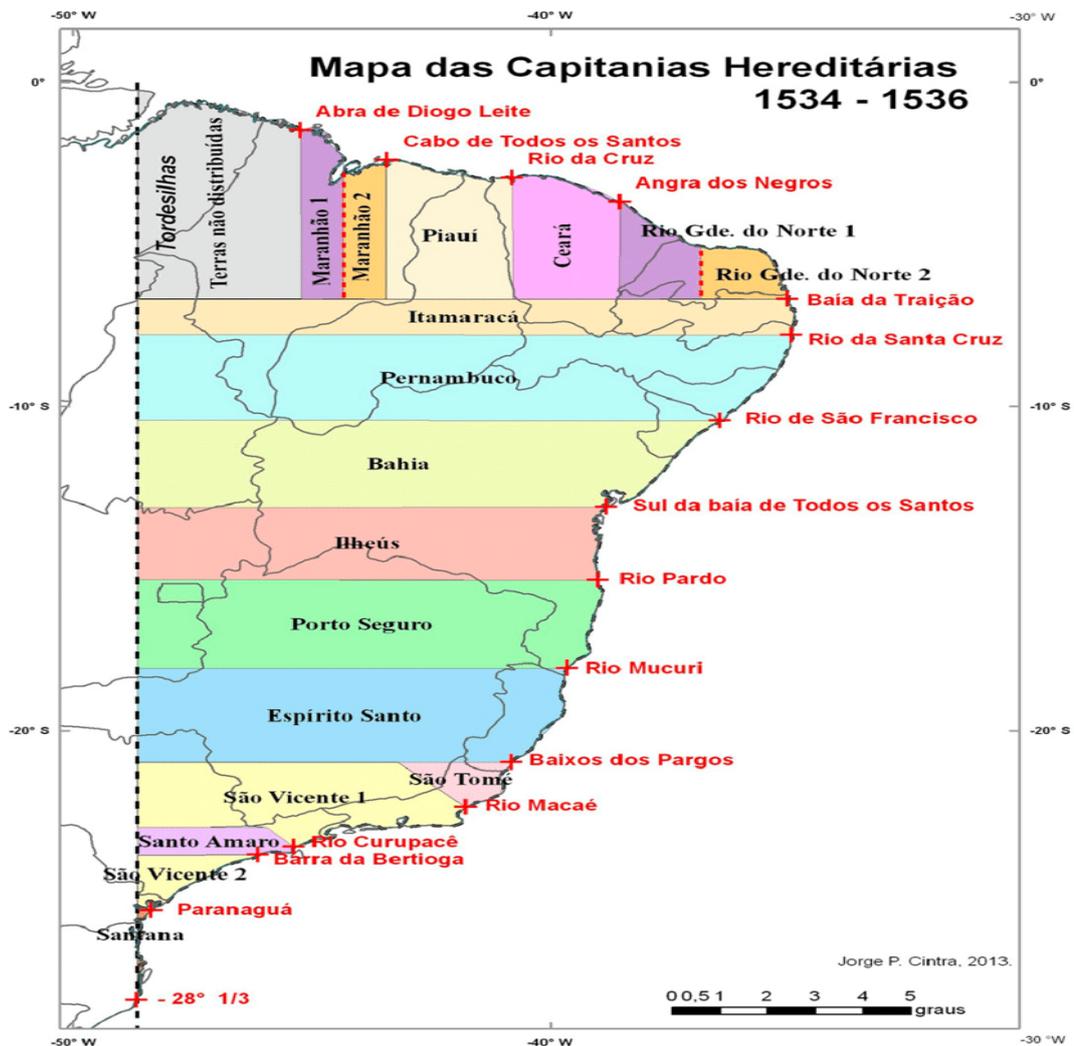
Em razão disso, foram instituídos procuradores dentro da capitania que deveriam fiscalizar os rendimentos, participando das arrematações a fim de assegurar que o que fosse de direito dos donatários viesse por completo. Ainda assim, os rendimentos na capitania só foram regularizados após a extinção da Provedoria da Fazenda Real de Itamaracá, pois o controle dessas rendas passou a ser feito pela Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco.

## **7. O FRACASSO DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ E SUA ANEXAÇÃO À CAPITANIA DE PERNAMBUCO**

Após a criação das capitanias hereditárias, iniciou-se uma nova relação entre a colônia da América e Portugal. Esse movimento político, que teve o objetivo de estabelecer, de forma oficial, a primeira tentativa de colonizar as novas porções de terras, permitiu que a colonização se tornasse assunto de importância nas discussões

da Coroa, em contraste com o anterior descaso com a terra que aparentava ser pobre e pouco povoada.

**Figura 5 - Desenho das capitânicas hereditárias**



Fonte: Cintra (2013).

Dentre os fatores que explicam este descaso nos primeiros anos após o descobrimento, estão: o fato de Portugal ainda se recuperar da peste negra que assolou a Europa no século XIV, o que provocava pouca oferta de mão de obra; parte de sua população ser rural, enquanto a outra ser utilizada pela indústria naval. Tais pontos mostram que a atenção da coroa ainda não havia se voltado as terras recém-descobertas.

Sem contar com o desinteresse econômico que impedia uma maior qualidade e avanço no desenvolvimento dos centros urbanos, provocando uma vaga ocupação que permitiu aos navios comerciantes e traficantes estrangeiros começarem a exploração das terras recém-descobertas.

Sendo assim, tendo sua soberania ameaçada, foi necessário uma atuação mais próxima e definitiva no processo de colonização. Então, surgiram as capitanias hereditárias com o objetivo de contribuir com o povoamento e defesa das terras. Esse sistema, como dito anteriormente, funcionaria por meio de acordos em que seriam doadas grandes faixas de terra para um donatário que teria autonomia sobre aquele território e receberia privilégios econômicos; em troca, teria o propósito de desenvolver suas possessões a fim de estimular a colonização.

Nesse cenário, em 1534 foi criada a capitania de Itamaracá. Num primeiro momento, esta região atraiu a atenção dos europeus, pois apresentava, dentre outras características, boas condições para ancoragem, rios que favoreciam as navegações e circunstâncias favoráveis para ocupação. Além de possuir característica insular, o que possibilitaria situações de confinamento e isolamento, formando uma defesa natural e concedendo condições favoráveis para o povoamento.

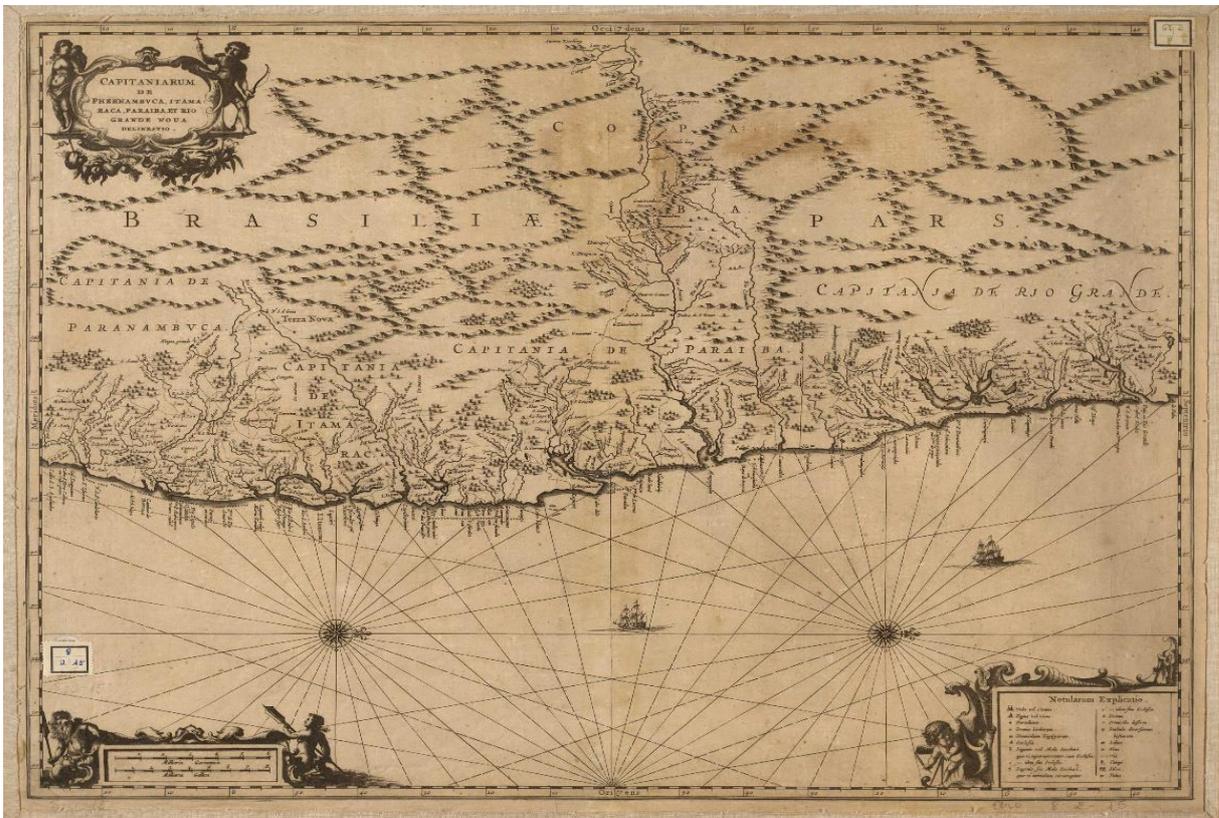
Todavia, mesmo tendo considerável importância nos âmbitos comerciais e políticos, a capitania de Itamaracá não conseguiu acompanhar o desenvolvimento de suas vizinhas do norte que desfrutavam de semelhante importância.

Entende-se que, as dificuldades enfrentadas pela capitania estão inteiramente ligadas ao pouco interesse donatário em sua colonização. Diferentemente da estratégia de Duarte Coelho, Pero Lopes de Souza, ao dedicar-se às suas aventuras de explorações marítimas, deixou de lado a administração de sua donatária, delegando tal responsabilidade a outrem. A má administração não incentivou a ocupação dos interiores da capitania, o que abriu margem para interessados, ligados economicamente à capitania de Pernambuco, fazerem essa ocupação seguindo o percurso dos rios.

Outro ponto importante foi o fato de grande parte desta capitania ter passado os primeiros séculos de sua existência praticamente despovoada, tendo seu período de ápice econômico durante o período holandês, que permitiu a Ilha ter um fluxo comercial vindo, principalmente, do açúcar.



**Figura 7:** Fragmento do Território de Itamaracá e da Paraíba no período das Capitânicas



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Tendo em vista que o controle administrativo da capitania de Itamaracá sempre foi alvo de desejo da capitania de Pernambuco, seu relacionamento foi repleto de conflitos de jurisdição. Tal situação provocou de forma gradativa a anexação que viria a ser concretizada após o fim da donataria.

Em contrapartida ao que escreveu Manuel Correia de Andrade, Velez aponta que:

Ao que parece, a anexação da Capitania de Itamaracá à Capitania de Pernambuco não foi tão simples como a historiografia sempre mostrou, nem mesmo convencional, como aconteceu com a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. É senso comum que devido à situação de donatários ausentes, as capitânicas sempre foram problemáticas... No entanto, ao passarmos a vista na documentação consultada, percebemos que, apesar da ausência física, não houve abandono da donataria por parte dos donatários. Muito pelo contrário, através de diversos requerimentos, cartas e petições deles sobre os mais diversos assuntos da capitania, tais como ocupação de cargos e solicitação de informações sobre rendas e situação de Itamaracá, fica claro o interesse que a família donatarial da Casa de Cascais, e posteriormente a de Loureiral e Niza, tinham em sua donataria. (VELEZ, 2016, p. 282 e 283).

Ela ainda afirma que durante os mais de 200 anos que Itamaracá esteve sob a posse dos donatários, houve desenvolvimento social, político, cultural e econômico suficiente para questionar o termo usado por Andrade ao se referir a mesma como “capitania frustrada”.

Contudo, tal desenvolvimento não foi suficiente para evitar sua anexação, pois entende-se que caso uma capitania não dispusesse de recursos para se manter, sua anexação a uma capitania em situação econômica superior tornava-se mais propícia, já que sem recursos, não haveria condições de manter um governo autônomo e necessitaria do apoio da Coroa.

Logo, o governo de uma capitania sendo exercido por ela mesma, representaria menos custos a Portugal. No caso de Itamaracá, a situação econômica não era insignificante, pelo contrário, a família donatarial fazia questão de manter o controles das rendas. Entretanto, era inferior à de sua vizinha, Pernambuco.

Percebemos nas leituras dos documentos das Capitâneas de Itamaracá e Pernambuco, sobretudo as providências fazendárias, que a administração destas possessões era um encargo que muitas vezes cabia muito mais a Pernambuco. Este fato devia-se, sobretudo, ao seu status econômico e ao fato de o donatário da Capitania de Itamaracá não se fazer presente. (OLIVEIRA, 2014, p. 67 e 68).

Essas rendas provocavam o interesse também da capitania de Pernambuco e com isso foram gerados alguns conflitos, dentre eles, vale destacar o problema jurisdicional sobre as arrematações dos contratos dos dízimos reais. Tais situações trouxeram prejuízos à Fazenda Real da capitania, o que desencadeou num déficit em suas finanças.

Todo esse contexto levou a resoluções que, aos poucos, iam promovendo a perda da autonomia de Itamaracá para Pernambuco, dentre elas, é válido destacar a extinção do cargo de Provedor da Fazenda, em 1760, e conseqüentemente a anexação desta Provedoria à da capitania de Pernambuco, que passou a ter controle direto dos rendimentos.

Sendo assim, observando os argumentos apresentados, entende-se que mesmo com as dificuldades enfrentadas no processo de colonização da capitania de Itamaracá e o intenso interesse de Pernambuco em obter o seu controle, que provocou diversos conflitos jurisdicionais e políticos, a ela foi concedida permanecer durante muito tempo como donataria, o que pode ser explicado pelas estreitas ligações entre a família donatarial (Casa de Cascais, Lourical e Nisa) e a Coroa portuguesa, já que

além de cargos administrativos, existiam também relações de amizades e parentescos entre eles.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio do conjunto de informações apresentadas por esta pesquisa historiográfica, entende-se que a existência da capitania de Itamaracá enquanto donataria foi deveras complexa e repleta de disputas políticas, sociais e econômicas. Tais disputas englobavam pressões externas (de capitanias vizinhas e da própria coroa) e internas (entre comerciantes e senhores de engenho); esta última provocaria o já comentado levante de Goiana.

Sabe-se que inúmeras foram as tentativas de obter êxito na colonização e controle dessa região. A entrega da posse das terras a Pero Lopes de Sousa já demonstrava um olhar de interesse por parte da Coroa Portuguesa, pois sua ligação com às famílias dos donatários cada vez mais se estreitava, permitindo o entendimento de que tais possessões foram entregues a pessoas de confiança.

Todavia, ainda que a princípio suas condições geográficas e econômicas possibilitassem uma ocupação de sucesso e sua costa recortada por rios e vales garantissem extensões de terras férteis, na prática, a ausência dos donatários e o pouco empenho no início de sua colonização, permitiram que, aos poucos, a região fosse sendo incorporada às suas capitanias vizinhas e perdesse autonomia política e econômica.

Essa dificuldade na administração, dentre outros conflitos, provocou o levante de Goiana. Tal certame ocorreu após a expulsão dos holandeses, pois a coroa havia incorporado a capitania (durante as batalhas contra os flamengos) e durante o período *post-bellum*, os comerciantes tiveram acesso a cargos administrativos que seriam perdidos, caso a capitania voltasse à posse dos donatários.

A elite camarária (de Goiana) também se opunha a devolução, pois Goiana já havia sido elevada a vila em 1685. Porém, havia a perspectiva dos senhores de engenho, que eram a favor da devolução, visto que, como sempre tinham o donatário ausente, teriam mais liberdade para atuar de acordo com seus interesses próprios. No fim, mesmo com o levante popular, a capitania foi reintegrada com a prerrogativa de que, se ficassem sem a presença ou tendo a negligência do donatário, a coroa viria em seu socorro.

Ao analisar estas disputas de poder, sentiu-se a necessidade de expor os principais elementos das estruturas administrativas que compunham as capitanias hereditárias, com foco na capitania de Itamaracá, começando pela elite camarária, além da ouvidoria donatarial, dos capitães-mores, procuradores e provedores da fazenda.

Sobre os rendimentos da capitania de Itamaracá, que geravam bastante interesse na capitania vizinha, foram destacados alguns contratos, dentre eles o dízimo e o contrato do açúcar e tabaco.

Ao analisar os rendimentos donatários, como a redízima e a vintena do pau-brasil, percebeu-se que os donatários eram beneficiados pela posse da capitania de Itamaracá. Esses benefícios explicam o interesse deles em manter esta região como donatária.

Após a análise sobre a situação da capitania, suas estruturas administrativas e seus rendimentos, chega-se ao entendimento que os aspectos favoráveis a sua colonização não foram superiores às dificuldades enfrentadas. Tendo o interesse pelo controle administrativo da capitania de Itamaracá por parte da capitania de Pernambuco, a perda de territórios para a Paraíba e conseqüentemente o seu isolamento, pois, sua ocupação ficou restrita aos limites da ilha, contribuições para as sucessivas movimentações por parte de Pernambuco a fim de minar sua autonomia e provocar sua anexação. Todos esses percalços enfrentados trouxeram, de acordo com os autores citados, dificuldades para os donatários na tentativa de fazer a capitania de Itamaracá prosperar.

Porquanto, a historiografia entende que além dos problemas de ordem econômica enfrentados pelos donatários, houve falhas no processo de colonização, que gerou conflitos internos por poder e influência entre as elites locais.

Sendo assim, mesmo seus donatários desfrutando de proximidade com a coroa portuguesa, após mais de 200 anos sendo donatária, a capitania de Itamaracá veio a ser anexada pela capitania de Pernambuco.

Também foi importante constatar que mesmo com a intensificação das incorporações de donatárias durante o século XVIII, notadamente no período do Marquês de Pombal, o qual promoveu a incorporação das derradeiras, a Capitania de Itamaracá permaneceu nesta situação de capitania hereditária até uma década depois das incorporações pombalinas de 1753-1754, pois só deixou de ser uma donataria em 1763, após a morte da última Marquesa de Cascais, D. Ana, quando não houve mais alvarás de manter em posse para o Marquês de Louriçal como administrador da Casa de Cascais. (VELEZ, 2016, p. 309).

Por isso, buscou-se por meio deste trabalho a promoção de uma compreensão acerca do processo de formação da capitania de Itamaracá, suas estruturas administrativas e os contratempos encontrados por seus administradores na tentativa de fazê-la prosperar.

## 9. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá uma capitania frustrada**. 1ª ed. Recife: Centro de Estudos de História e Cultura Municipal, 1999.

BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Capitania de itamaracá poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685 – 1742)** João Pessoa, 2009, 138p. Dissertação. (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BIBLIOTECA Nacional. Ministério da Educação e Saúde - Documentos Históricos - Consultas do conselho ultramarino capitánias do norte (1728 - 1746) Vol. C. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536\\_1953\\_00100.pdf](https://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1953_00100.pdf)> Acesso em: 19 de Fev. 2024.

CARTOGRAFIA das capitánias. Disponível em: <[https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart529239/cart529239.html](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529239/cart529239.html)> Acesso em: 19 de Fev. 2024.

CINTRA, Jorge Pimentel. Cintra (2013). **Resumo de análise dos limites das capitánias do Sul nos anos (1534 - 1700)**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Desenho-das-capitánias-hereditarias-com-seus-limites-Fonte-Cintra-2013\\_fig1\\_320341497](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Desenho-das-capitánias-hereditarias-com-seus-limites-Fonte-Cintra-2013_fig1_320341497)> Acesso em: 19 de Fev. 2024.

GOVERNO de Pernambuco. **Ilha de Itamaracá**. Disponível em: <[https://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89576.pdf](https://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89576.pdf)> Acesso em: 19 de Fev. 2024.

HISTÓRIA da Fundação da Paraíba e João Pessoa. Disponível em: <<https://www.bahia.ws/historia-fundacao-da-paraiba-e-joao-pessoa/>> Acesso em: 19 de Fev. 2024.

JORDÃO FILHO, Ângelo. **Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana**. 1ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1977.

MOREIRA, Ciro Barreto. **A Capitania de Itamaracá: Expressões políticas e econômicas pós-Restauração Pernambucana**. 2014.

OLIVEIRA, Rodrigo Ibson da Silva. **Debaixo de Pedra e Cal: As relações socioeconômicas na Capitania de Itamaracá – 1654 a 1763**. Recife, 2014, 115p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

OLIVEIRA, Ana Lúcia; SANTOS, Josue Lopes dos. **Arqueologia e Historia Urbana: Anotações de pesquisa sobre a Ilha de Itamaracá Colonial**. (2015). Recife, Unicap: História, 2015.

TEIXEIRA, João. Guia geográfico de Pernambuco. **Mapa do litoral norte de Pernambuco e litoral sul da Paraíba (1640)**. Disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com/pernambuco/mapa-historico.htm>> Acesso em: 19 de Fev de 2024.

VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. **Donatários e Administração Colonial: A Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)**. 2016. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

## 10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1988.

APOLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de. (Org). et. al. **Políticas e Estratégias administrativas no mundo atlântico**. 1ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BENELLI, Y; INNOCENTINNI, T; MATTOS, E. **Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico: Herança colonial sobre desigualdade e instituições**. IPEA, São Paulo, v.42, n.3, dez. 2012.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **“Pacto Colonial, autoridades negociadas e o império português”** in SOHIET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs) **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro. Mauad, 2005.

CHAVES, José Inaldo. **As Capitanias de Pernambuco: política e administração na América Portuguesa (sécs. XVII-XVIII)**. 1 ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba 1585-1630**. 1ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português**. FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes. Política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOPES, Josué. **Organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os anos de 1530 e 1630: Articulações interregionais e internacionais**. Recife, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII)**. Recife, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

MELO, Taciana Santiago. **Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco**. In. I Simpósio brasileiro de cartografia histórica. Anais. Paraty: 2011.

MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em Ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na capitania da Paraíba (1647-1755)**. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. Governadores e Capitães-Mores no Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI – XIX)**. 2ª Edição, São Paulo: Alameda, 2005.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Em busca da perpetuação. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitânicas do Norte (séc. XVI a XVIII)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2021.

NASCIMENTO, Ana. LUNA, Suely. LOPES, Josué. **Na rota das navegações: análise do transporte marítimo na ilha de Itamaracá nos séculos XVI e XVII**. Clio – Série arqueológica. v. 25, n.2, 2010.

NASCIMENTO, Ana; LOPES, Josué. **A Ilha de Itamaracá e a organização da defesa no período colonial (Séculos XVI e XVII)**. Contribuição para a história do litoral norte de Pernambuco, Brasil. Cadernos do Lepaarq.v. XI, n. 21, 2014.

NASCIMENTO, Mário Rodrigues do. **Crônicas Goianenses**. Goiana: Editor Carlos Eduardo Carvalho dos Santos, 1996.

NEVES, André Lemoine. **Vila (velha) de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá: História e morfologia urbana**. in: I Encontro Nordestino de História Colonial. 2006, Anais. João Pessoa.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PERIDES, Paulo Pedro. “Organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro.” In: **Revista do Departamento de Geografia**. USP. São Paulo: 1995. N. 9.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

REGIMENTO dos provedores de capitânicas, de 17 de dezembro de 1548. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da formação administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Imprensa Oficial Edusp. São Paulo; 2000.

RODRIGUES, Valdecirio. **História de Itamaracá**. Recife: Editora Recife, 1972.

SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. **As capitânicas do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, 2001.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil (1500 - 1627)**. Curitiba: JUARÁ, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo e a Boa Ordem da Sociedade Colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação Cultura Cidade do Recife, 2001.

SZMRECSÁNYL, Tamás. (org). **História Econômica do período colonial.** São Paulo: ABPHE/FAPESP/Hucitec, 1996.